

Boletim Fundo Amazônia, n. 20, nov. 2011

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

BNDES aprova três novos projetos em novembro

Fundo Amazônia soma 23 projetos aprovados, no valor de R\$ 261 milhões

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, no âmbito do Fundo Amazônia, apoio financeiro não-reembolsável no valor de R\$ 26,2 milhões a três novos projetos. São eles: "Assentamentos Sustentáveis na Amazônia", no valor de R\$ 24,9 milhões; "Anapu rumo ao Selo Verde", no valor de R\$ 432 mil; e "Jacundá, Município de Economia Verde", no valor de R\$ 792 mil. Com essas aprovações, a carteira do Fundo Amazônia passa a somar 23 projetos aprovados, no valor global de R\$ 261 milhões.

Assentamentos Sustentáveis na Amazônia – Com prazo de duração de cinco anos e valor a desembolsar de R\$ 24,9 milhões, será o primeiro projeto do Fundo Amazônia a apoiar diretamente ações em assentamentos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O projeto, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), tem como objetivo o desenvolvimento de experiência demonstrativa de produção sustentável em pequenas propriedades rurais, abrangendo 2.800 famílias em dez assentamentos no Oeste do Pará, totalizando uma área aproximada de 260 mil hectares. Os assentamentos são localizados em municípios do entorno das rodovias Transamazônica (Anapu, Senador José Porfírio, Pacajá) e BR-163 Cuiabá-Santarém (Aveiro) e na região do Baixo Amazonas (Mojú dos Campos).

Anapu rumo ao Selo Verde – Projeto no valor de R\$ 432 mil que tem como objetivo apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município de Anapu, no Estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional da sua Secretaria de Meio Ambiente e Turismo. Com prazo de execução de 24 meses, o projeto prevê, entre outras ações, a construção da sede da secretaria, a aquisição de equipamentos, a capacitação em manejo florestal sustentável de produtores rurais



e servidores e a prestação de assistência em manejo florestal sustentável aos produtores rurais do município.

Jacundá, Município de Economia Verde – No valor de R\$ 792 mil e prazo de execução de 18 meses, tem como objetivo fortalecer a gestão ambiental do município de Jacundá, no Estado do Pará. O projeto prevê a estruturação física e operacional da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo e da capacitação do seu corpo técnico para a intensificação das atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental, além da elaboração de estudo de caracterização do território e da ampliação da capacidade de produção do viveiro de mudas.

Projeto	Responsável	Valor do Apoio	Prazo (meses)
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	R\$ 24,9 milhões	60
Anapu rumo ao Selo Verde	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Anapu (PA)	R\$ 432 mil	24
Jacundá, Município de Economia Verde	Prefeitura de Jacundá (PA)	R\$ 792 mil	18

Reunião anual com doadores é realizada no Rio de Janeiro

Encontro contou com a participação de representantes da Noruega, Alemanha e Petrobras

Foi realizada no dia 24 de novembro, na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, a 2ª Reunião anual com doadores do Fundo Amazônia. A reunião tem como objetivo promover o diálogo com os doadores do fundo. O encontro foi aberto pelo diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES, Elvio Lima Gaspar, e contou com a presença de representantes dos três atuais doadores do Fundo Amazônia: Noruega, Alemanha e Petrobras e de representante do Ministério do Meio Ambiente, Ariel Pares.

A delegação norueguesa foi conduzida pela Embaixadora Turid Eusebio, sendo ainda composta pelo Ministro Conselheiro Inge Nordang, além de Alf Friisø, e Patrícia Benthien. Hubert Eisele representou o KfW e Cláudio Ultra e Monique Fernandes, a Petrobras.

Os principais tópicos discutidos na reunião foram: os relatórios de atividades e de auditoria

Foto: Divulgação BNDES



Turid Eusebio, Elvio Lima Gaspar e Hubert Eisele

do Fundo Amazônia em 2010; as estratégias do BNDES para lidar com vários fatores na implementação das suas atividades, tais como medidas anticorrupção e as questões de inclusão de gênero e dos povos indígenas, bem como a evolução do Fundo Amazônia.

17ª Conferência das Partes sobre mudança do clima

O diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES, Elvio Lima Gaspar, vai representar o Fundo Amazônia na 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-17, que teve início no dia 28 de novembro e vai até o dia 9 de dezembro na cidade sul-africana de Durban. A Conferência das Partes é o fórum mais amplo para discussão e adoção de medidas contra o aquecimento global, contando com a participação da União Europeia e outros 191 países, entre eles o Brasil.

Este ano, a grande questão em Durban é a renovação do Protocolo de Kyoto, que foi assinado



em 1997 estabelecendo compromissos legalmente vinculativos de redução de emissões de gases do efeito estufa para 37 países desenvolvidos e a União Europeia. O acordo, que expira no final de 2012, não foi ratificado pelos Estados Unidos e não obriga que China, Índia e Brasil o cumpram por serem economias emergentes.

Além da renovação do Protocolo de Kyoto, os chefes de Estado e ministros devem debater nas reuniões dois outros assuntos principais: a capitalização do Fundo Verde para o Clima, criado na COP-16, no México; e a redução de emissões para limitar o aquecimento global a 2 graus centígrados.

Fique por dentro

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) foi criada oficialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992) a fim de reunir países em um esforço conjunto para estabilizar as concentrações de gases do efeito estufa em níveis que não resultem em uma mudança de clima perigosa. Este foi o primeiro grande passo político dado por membros das Nações Unidas para discutir

para discutir mudanças climáticas. A Convenção entrou em vigor em 1994 e conta atualmente com 192 países signatários.

A UNFCCC estabelece uma série de conceitos, princípios e obrigações. Seu braço executivo é a Conferência das Partes (COP), que se reúne anualmente para avaliar e definir novos caminhos e para traçar acordos sobre questões importantes relacionadas aos objetivos da Convenção.